

Aumento não será contestado na OMC

COLUNA: Lívia Ferrari
10/2/99 - Rio

O aumento de três pontos percentuais na Tarifa Externa Comum (TEC) deverá ser formalmente notificado à Organização Mundial de Comércio (OMC) pela presidência do Mercosul. Diplomaticamente, isso tem efeito importante, pois ficará caracterizado que a elevação tarifária foi uma medida acordada no âmbito do bloco econômico dos quatro países (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai).

A notificação à OMC deverá ocorrer nesta semana, após reunião do Grupo Mercado Comum (GMC) na quarta-feira. "A medida deve ser notificada em prazo adequado, por uma questão de transparência no processo", afirmou o chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, ministro José Alfredo Graça Lima.

Segundo ele, a elevação da TEC é uma "medida conjuntural, que não dá margem a contestações na OMC". O ministro explicou que,

formalmente, cabe ao Brasil apenas notificar a medida à OMC, não sendo necessário apresentar justificativas, pois "não estamos infringindo nenhuma regra", garante ele. Graça Lima lembrou que o Brasil consolidou na OMC tarifa máxima de 35% para 1999. O País (com alíquota média atual de 14%) tem, portanto, bastante folga para promover aumentos de tarifa.

"Não há nenhum desrespeito às regras internacionais de comércio. As tarifas consolidadas estão em níveis bem mais altos que as tarifas praticadas", disse Graça Lima. "Tanto que alguns produtos, como os automóveis, que já praticam tarifas de 63% (o nível máximo consolidado na OMC), não puderam ser atingidos pelo aumento



José Alfredo Graça Lima

de três pontos percentuais da TEC", lembrou o ministro.

O governo, ao editar o decreto alterando a TEC, se resguardou de eventuais atritos com a OMC. O documento deixa claro o compromisso de que a nova TEC não vai perfurar as tarifas consolidadas na OMC. Ou seja, se determinado produto tiver tarifa aumentada em nível mais elevado

do que o consolidado na OMC, o aumento tornar-se-á, automaticamente, inócuo.

O chefe do Departamento Econômico do Itamaraty disse, ainda, que o aumento das tarifas não tem nada a ver com o cronograma de convergência da TEC. "Este será mantido, sem alterações", assegurou ele. O cronograma da TEC prevê reduções gradativas nas tarifas,

que deverão convergir para um máximo de 20% até o ano 2001.

O ministro Graça Lima participou na semana passada, em Genebra, da reunião do Comitê de Serviços Financeiros da OMC. Nesse comitê são analisadas propostas dos países membros – entre eles o Brasil – para um futuro acordo multilateral nas áreas de seguros, bancos e mercado de capitais. As propostas terão que ser encaminhadas até o dia 12 de dezembro. Mas antes disso, no dia 3 de dezembro, haverá nova reunião do comitê.

A proposta apresentada pela delegação brasileira para o setor de seguros é bastante liberal e receptiva ao capital estrangeiro, tendo em vista que a Constituição do País acabou com a diferença entre empresa estrangeira e empresa nacional e garante às duas tratamento igualitário. "Ampliam-se as possibilidades de o capital estrangeiro participar dos diversos segmentos do setor de seguros", afirma Graça Lima.